



Câmara Municipal de Sete Lagoas

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

Objeto do vertente parecer: Anteprojeto de Lei Complementar número 005/2011, que “Dispõe sobre a antecipação salarial e dá outras providências”

Autoria: VEREADOR DALTON ANTÔNIO DE AVELAR ANDRADE

Relato do Essencial

A proposição em comento objetiva a mudança em um artigo da lei complementar número 79/2003, que é o Estatuto do Servidor Público Municipal. Em suma, o escopo do anteprojeto de lei complementar é possibilitar ao servidor que requeira a antecipação de 50% (cinquenta por cento) de seu décimo terceiro salário no mês de julho de cada ano, sendo que uma vez requerido o Poder Executivo deverá efetuar o pagamento no mês imediatamente subsequente.

Fundamentação

A Comissão de Legislação e Justiça tem por escopo a análise de projetos de lei sujeitos ao crivo do Poder Legislativo sob a ótica da legalidade, bem como dos demais princípios que norteiam a atividade administrativa, conforme dicção do artigo 37, *caput*, da Constituição da República.

Partindo dessa premissa, deve-se analisar o projeto em diferentes paradigmas. O primeiro deles diz respeito à iniciativa, ou seja, se o proponente tem legitimidade ativa para a propositura, sendo esse o critério formal.

A matéria em relevo pode ser proposta por vereador, porquanto trata de anteprojeto de lei. Essa escolha, ou seja, modalidade de

anteprojeto é acertada. Isso porque atribui obrigações pecuniárias antecipadas para o Executivo.

Deve-se trazer à lume que, por modificar lei complementar, foi acertada a escolha da modalidade de anteprojeto de lei complementar.

No que tange ao objeto da proposição em testilha, não se verifica nenhuma ilegalidade. Isso porque há previsão na Lei Orçamentária Anual do impacto financeiro causado pela folha de pagamento dos servidores. Partindo da premissa que o décimo terceiro salário consta da previsão orçamentária, não há qualquer acréscimo de despesa. O que há é somente antecipação de pagamento para o mês de julho.

Na prática, a aludida antecipação já acontecia em setembro. Considerando que não há aumento nem suplementação de despesa, não há que se falar em qualquer ilegalidade.

Aliás, não deve a comissão fazer análise de conveniência e relevância, eis que isso é competência dos demais edis. Caso o Executivo ache por bem, poderá trazer à Câmara o anteprojeto em forma de projeto de lei.

Não havendo qualquer ilegalidade formal, opina a Comissão em dar parecer favorável à presente.

Sete Lagoas, 11 de abril de 2011

MILTON LUIZ SARAIVA

PRESIDENTE

JOÃO PENA RODRIGUES

RELATOR SUPLENTE

REGINALDO PEREIRA DE SOUZA

MEMBRO

